

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2012

Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

EMENDA

Art. 1. Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação:

“Altera o Código Civil para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas criarem fundo de reserva próprio para prevenção e reparação de danos aos seus veículos em razão de infortúnios”

Art. 2. O art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) passa a vigorar com seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo primeiro:

Art. 53.

§ 2º As associações de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo de reserva próprio custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, roubo, acidente e incêndio.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se somente às associações que congregam os proprietários de veículos autorizados ao transporte coletivo de passageiros e de caminhões autorizados à exploração do transporte rodoviário de cargas.

Art. 3. Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 731 do Código Civil

Art. 731.....

Parágrafo único. As cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo de reserva próprio custeado pelos cooperados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, roubo, acidente e incêndio.

Art. 4. Inclua-se no Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, o seguinte artigo:

Art. A atividade de transporte a que se referem o § 2º do art. 53 e o parágrafo único do art. 731, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, será regulada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e fiscalizada em forma a ser definida pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

JUSTIFICATIVA

Por ter caráter de cobertura de riscos no que diz respeito aos danos causados por acidentes, incêndio, furto, roubo, entre outros, é indispensável que os fundos tenham algum tipo de fiscalização e acompanhamento.

Essa medida visa à proteção dos próprios mutuários dos fundos.

De outra parte faz-se necessário compatibilizar o disciplinamento do objeto do presente projeto de lei com o ordenamento jurídico consagrado no nosso Código Civil, que rege as relações contratuais entre os mais diversos entes na vida nacional.

Por essa razão apresentação a presente emenda.

Sala da Comissão, em

Senador Alvaro Dias



SF/16894.33556-92